

REGISTO N.º 26 /2014

SIMD – SISTEMAS INTEGRADOS DE MARKETING DIRECTO, Lda. notificou um tratamento de dados pessoais com a finalidade de marketing.

Os dados pessoais tratados são nome, morada, data de nascimento e sexo.

Os dados são recolhidos diretamente junto do titular, pessoalmente ou pela Internet, e ainda indiretamente através de “cartões de visita”.

A entidade declara ainda comunicar os dados pessoais a terceiros que pretendam realizar ações de marketing.

Os dados pessoais recolhidos são pertinentes e não excessivos face à finalidade declarada, conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro – Lei de Proteção de Dados (LPD).

O fundamento de legitimidade para o tratamento é, nos da alínea e) do artigo 6º da LPD, o interesse legítimo do responsável.

O responsável pelo tratamento tem de assegurar ao titular dos dados o direito de este se opor, gratuitamente, à utilização dos seus dados pessoais para fins de marketing, bem como opor-se à sua comunicação a terceiras entidades, conforme previsto na alínea b) do artigo 12.º da LPD.

Compete ao responsável pelo tratamento fazer a demonstração que deu cumprimento a esta obrigação legal. Deve ainda manter registo das entidades terceiras a quem são comunicados os dados pessoais.

No entanto, alerta-se para o facto de este tratamento de dados não configurar uma base de legitimidade para o envio de comunicações eletrónicas de marketing direto, por não respeitar os requisitos do n.º 1 do artigo 13.º-A da Lei n.º 41/2004, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 46/2012, de 29 de agosto.



Assim, em conformidade com o n.º 1 do artigo 27º e do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, regista-se o tratamento nos seguintes termos:

Responsável	SIMD – SISTEMAS INTEGRADOS DE MARKETING DIRECTO		
Finalidade	Marketing		
Categoria de dados pessoais tratados		Nome, morada, data de nascimento, sexo	
Forma de exercício dos direitos de acesso e retificação		Por telefone, Internet ou carta	
Comunicações de dados a terceiros		Sim.	
Interconexões		Não há	
Transferências para países terceiros		Não há	
Prazo máximo de conservação dos dados	1 ano após último contacto		

Aos titulares dos dados deve ser garantido o direito de informação previsto no artigo 10º da LPD, incluindo o n.º 4 do referido artigo por haver recolha de dados em rede aberta.

O responsável deve adotar as medidas de segurança necessárias à proteção dos dados pessoais, em conformidade com o previsto no artigo 14º da LPD.

Lisboa, 20 de janeiro de 2014

A Secretária da CNPD,

Isabel Cristina Cruz